Excelentíssimos Senhores:

Primeiro-Ministro

Ministro de Estado e das Finanças

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Ministro da Defesa Nacional

Ministro da Administração Interna

Ministra da Justiça

Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Ministro da Economia e do Emprego

Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Ministro da Saúde

Ministro da Educação e Ciência

Ministro da Solidariedade e da Segurança Social

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Secretário de Estado da Cultura

Secretário de Estado do Orçamento

Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa

Secretário de Estado da Administração Pública

Secretário de Estado da Saúde

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Presidente do Governo Regional dos Açores

Presidente do Governo Regional da Madeira

Câmaras Municipais

Juntas de Freguesia

Institutos Públicos

Empresas Municipais e Intermunicipais

Serviços Municipalizados

Hospitais, E.P.E.

União das Misericórdias

União das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP

Presidente da Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE

Com conhecimento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República

PRÉ-AVISO DE GREVE GERAL

A situação económica e financeira nacional em que vivemos e, em particular o estado deficitário das contas públicas portuguesas, como é do conhecimento geral, têm determinado sucessivas medidas denominadas de austeridade.

Os trabalhadores e trabalhadoras portugueses, em especial os afetos ao setor público, têm vindo a sofrer ao longo dos últimos anos as consequências das referidas medidas, sem contudo lhes ter sido dada a oportunidade de poderem apresentar, via negociação coletiva, alternativas que se mostrem adequadas, necessárias e suficientes para o mesmo desiderato de redução da dívida pública.

Com efeito, mais uma vez, as medidas previstas no Orçamento de Estado para o ano de 2012 redundam na diminuição dos rendimentos dos trabalhadores por via direta e indireta, sem contudo, se verificar, como era exigível, medidas de combate ao despesismo, de combate à fraude e corrupção que representam, como é apontado pelos relatórios anuais do Tribunal de Contas, a fatia de Leão da dívida pública nacional.

Em representação dos trabalhadores que representamos, também não poderemos deixar de referir que não se compreende a desproporcionalidade dos sacrifícios impostos a estes, atendendo a que a redução do défice público é ponto fulcral do interesse nacional e, como tal, aproveita a todos os portugueses.

Como temos vindo a referir, consideramos inaceitável a redução dos salários, o congelamento geral das pensões, das promoções e progressões, a suspensão dos subsídios de Natal e férias, a redução das remunerações do trabalho extraordinário e de trabalho noturno, o acréscimo de 30 minutos na jornada diária de trabalho, bem como de outras medidas que pouco têm a ver com a redução do défice e que colocam em crise o direito e a efetividade da negociação coletiva.

Por isso, também combatemos e combateremos políticas subordinadas aos grandes interesses económicos e à especulação financeira, que visam agravar sempre mais e mais os sacrifícios exigidos aos trabalhadores no ativo ou na reforma e aos desempregados, ao longo de vários anos sem um fim à vista.

Assim, exigimos que sejam consideradas as posições dos parceiros sociais, com respeito pelo espaço de gestão do recente governo eleito, procurando a eliminação de ineficiências estruturais, com impacto no médio e longo prazo, de forma a serem adotadas medidas eficazes de ataque aos privilégios, aos capitais financeiros especulativos, à fuga para os paraísos fiscais, que garantam a eliminação dos benefícios fiscais de que gozam as grandes empresas e particularmente os bancos, para um Portugal com futuro de crescimento económico.

É chegada a hora de unir esforços e vontades para lutar por uma mudança de políticas que respondam às necessidades e justos anseios dos trabalhadores e das populações em geral.

O **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Púbicos - SINTAP** e a **UGT - União Geral de Trabalhadores**, assumem claramente:

- Exigir mudanças profundas no Orçamento do Estado para 2012, que tenham como objetivo o combate ao empobrecimento generalizado da população, o crescimento económico e a criação de mais e melhor emprego;
- Combater a desregulação laboral que vem sendo apontada, particularmente a nível dos despedimentos, das indemnizações, das reduções no subsídio de desemprego e nas horas extraordinárias e da fragilização da contratação coletiva, enquanto instrumento de progresso e de desenvolvimento;
- Exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores da administração pública e do setor empresarial, público e privado;
- Defender o Estado Social, em especial nas áreas da saúde, educação e segurança social e os serviços públicos;
- Rejeitar tentativas de imposição do aumento do horário de trabalho, com o aumento do horário máximo de trabalho semanal;
- Combater o aumento das desigualdades sociais, do desemprego e da pobreza e exclusão social;
- Combater o aumento da precariedade laboral que afeta os trabalhadores em geral e os jovens em particular;
- Exigir políticas de crescimento e emprego, que impeça cairmos num ciclo vicioso de cada vez maior recessão, exigindo sempre mais e mais sacrifícios;
- Exigir políticas que deem esperança no futuro às jovens gerações;
- Exigir uma aposta no setor produtivo nacional, nos setores primário, secundário e terciário, na venda dos seus produtos e serviços nos mercados interno e externo, apostando na qualidade, inovação, na qualificação e na concorrência leal;

- Exigir uma política de rendimentos que seja um instrumento de justiça e solidariedade, com um aumento dos salários e das pensões, assim como da remuneração mínima mensal garantida.

O **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP**, considerando que os trabalhadores da administração pública direta e indireta, a administração pública central, local e regional, instituições privadas de solidariedade social, institutos, organismos autónomos e setor empresarial do Estado, se encontram confrontados com uma evidente diminuição, restrição dos seus direitos, liberdades e garantias, manifestam a sua determinação na luta:

- Contra a revisão da Constituição ou da Legislação do Trabalho, que ponha em causa os direitos dos trabalhadores;
- Contra quaisquer medidas que permitam a redução de vencimentos dos trabalhadores no setor empresarial e público;
- Na defesa de uma administração pública de qualidade e bem gerida, o que exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Na defesa do trabalho digno;
- Contra medidas que ponham em causa o Estado Social, garante da igualdade de oportunidades para todos;
- Contra os cortes e suspensão dos subsídios de Natal e férias dos trabalhadores e pensionistas;
- A oposição à mobilidade especial.

O **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP** de harmonia com a **UGT - União Geral de Trabalhadores**, reafirmam a sua disponibilidade para o diálogo social e a negociação coletiva, na procura de compromissos mobilizadores para a promoção de melhores condições de vida e profissionais dos trabalhadores do setor público e empresarial do Estado.

Pelas razões e objetivos expostos o **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP**, com sede social sita na Rua Damasceno Monteiro 114, 1170 - 113 Lisboa, nos termos dos artigos 392°, 393° 396° e para efeitos do disposto no artigo 398°, todos da Lei n° 59/2008, de 11.09, que aprova o regime de contrato de trabalho em funções públicas, declara e torna pública, a greve geral dos trabalhadores seus associados de todos os setores da administração pública (administração pública direta e indireta, entre outros, a administração pública central, local e regional, instituições privadas de solidariedade social, institutos e empresas públicas, organismos autónomos, etc.) e a **UGT - União Geral de Trabalhadores** vêm convocar uma **GREVE GERAL**, para o próximo dia **24 de novembro de 2011** apelando a todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo, cargo ou função, do setor público, sindicalizados e não sindicalizados, para que se

juntem pela mudança de políticas, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pelo aumento dos salários e das pensões, num Portugal de progresso económico e social e de justiça e de solidariedade.

A adesão à greve por parte dos trabalhadores que laborem em regime de turnos far-se-á do seguinte modo: os trabalhadores, cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 24 de novembro, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o mesmo começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço, ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos, como forma de luta e de protesto pelos motivos indicados.

Nos termos da lei, as associações sindicais e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nas entidades que se destinem à satisfação dessas necessidades, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria, ou na sua falta os termos do trabalho prestado aos domingos e feriados.

Sede Nacional do SINTAP, 10 de novembro de 2011.

O Secretário-Geral do SINTAP

(Jorge Nobre dos Santos)

Rua Damasceno Monteiro, 114
1170 - 113 LISBOA